

Empreendedorismo na apropriação cultural reacionária da religião

Entrepreneurship in the reactionary cultural appropriation of religion

Emprendimiento en la apropiación cultural reaccionaria de la religión

Flávia Cristina Silveira Lemos¹ 

Dolores Cristina Gomes Galindo² 

¹Autora para correspondência. Universidade Federal do Pará (Belém). Pará, Brasil. flaviacslemos@gmail.com

²Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo). São Paulo, Brasil. dolorescristinagomesgalindo@gmail.com

RESUMO | Xenofobias, fundamentalismos, sectarismos, comunitarismos, preconceitos, moralismos, estigmas e discriminações negativas fazem parte dos efeitos de biopoder deste acontecimento. Este artigo discute o negócio da religião que opera por meio de elementos específicos da religiosidade e andam junto com acontecimentos políticos, econômicos, sociais, subjetivos e culturais por meio da biopolítica, da disciplina, da soberania jurídica e de mecanismos de segurança, no capitalismo neoliberal de cunho empresarial. A igreja-empresa e de um fiel próspero é parte dos efeitos deste dispositivo de governo das condutas. Busca-se demonstrar como a aliança entre os setores mais reacionários com a extrema direita, no Brasil, produz certa forma de biopoder por meio das práticas de extermínio de minorias sociais, racismos de toda sorte, sexismos e modos de vida higienistas.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja. Empresa. Brasil. Subjetividade. Biopoder.

ABSTRACT | Xenophobic, fundamentalisms, sectarianisms, communitarianism, prejudices, moralism, stigmas, and negative discriminations are part of the biopower effects of this event. This paper explores how the business of religion operates through specific elements of religiosity through the sieve that goes hand in hand with political, economic, social, subjective, and cultural events through biopolitics, discipline, legal sovereignty, and security mechanisms in business-oriented neoliberal capitalism. The church business and a prosperous believer are part of the effects of this conduit governing device. It seeks to demonstrate how the alliance between the most reactionary sectors with the far right in Brazil produces a certain form of biopower through the extermination practices of social minorities, the racism of all kinds, sexism, and hygienist ways of life.

KEYWORDS: Church. Company. Brazil. Subjectivity. Biopower.

RESUMEN | Las xenofobias, los fundamentalismos, los sectarismos, los comunitarismos, los prejuicios, los moralismos, los estigmas y las discriminaciones negativas son parte de los efectos del biopoder de este evento. Este artículo analiza el negocio de la religión que opera a través de elementos específicos de la religiosidad que van de la mano con eventos políticos, económicos, sociales, subjetivos y culturales a través de mecanismos de biopolítica, disciplina, soberanía legal y seguridad en el capitalismo neoliberal orientado a los negocios. El negocio de la iglesia y los fieles prósperos son parte de los efectos de este dispositivo de gobierno de conducto. Busca demostrar cómo la alianza entre los sectores más reaccionarios con la extrema derecha en Brasil produce una cierta forma de biopoder a través de las prácticas de exterminio de las minorías sociales, racismo de todo tipo, sexismo y formas de vida higienistas.

PALABRAS CLAVE: Igreja. Empresa. Brasil. Subjetividade. Biopoder.

Introdução

Este editorial visa analisar os atravessamentos de cristalização de um conjunto de práticas neoliberais que travam a pluralidade e emancipação no presente enquanto uma ontologia histórica de nós mesmos. Para tanto, apresenta-se elementos que atuam como acontecimentos analisadores da sociedade contemporânea em termos de dificultar a relação entre Psicologia, saúde e diversidade por meio da difusão de uma prática religiosa, militarizada, empreendedora e sustentada pelo espetáculo e comunitarismo no capitalismo mundial integrado (Chagas, 2022).

Um complexo movimento religioso com fortes influências neopentecostais suscita elementos ligados à ascensão do conservadorismo contemporâneo como uma razão para exacerbação de elementos com racionalidades puristas de um cristianismo apropriado como religião institucionalizada por alguns grupos sectaristas que desejavam se tornar lideranças populistas e privilegiadas.

Comunitarismo, mercado e religiosidade como fundamentalismo no capitalismo da liquidez

Bauman (2001) nos deixou uma série de legados a respeito da modernidade líquida, conceito criado por ele para destacar a fragilidade dos laços sociais e das subjetividades contemporâneas. A liquidez não é o término dos grupos e das comunidades, ao contrário, é a rigidez das relações como o próprio paradoxo da liquefação que organiza as instituições, nas últimas décadas.

O comunitarismo está pautado no cultivo de tradições, exaltação da cultura como uma essência e raiz de um povo. A unidade comunitária de um grupo cria sectarismo, pois implica em enfatizar em separações e divisões criadoras de muros e rigidez. Trata-se de um viés político dos modos de organizar a vida e regular as condutas pelos poderes disciplinares e de controle social das maneiras de existir, em grupo, comunidade e instituições (Bauman, 2001)

A vertente identitária e comunitarista de pertencimento acompanha a visão de que o esfacelamento dos valores de solidariedade e reciprocidade e as desigualdades socioeconômicas advêm justamente da ausência de rigidez dos limites entre grupos e comunidades, bem como do abandono dos essencialismos radicais que uniria coletivos e movimentos por idealizações do passado perdido (Giddens, 2007). A modernidade teria, supostamente, em nome da diferença, negligenciado a soberania do sujeito, dos grupos e das comunidades de pertença para a vivência de um projeto classificado enquanto pós-modernidade, frágil e de pouco compromisso (Bauman, 2000)

Todavia, esta afirmativa é uma ilusão e uma armadilha, na medida em que aposta nos extremismos e retorno à perspectiva de origens remotas, tal qual um paraíso do início primordial a ser recuperado e atualizado sob roupagens de luta pelo consenso e unidade na esfera dos valores e vínculos. A noção de unificar grupos por raízes vem se tornando uma constante ação atualmente, em nome da defesa social de riscos e vulnerabilidades as mais variadas (Wieviorka, 2008).

Estas são forjadas por atributos e adjetivos, articulados em uma busca regular de direitos e reparação de danos, ressentida e vingativa. Não estamos falando de políticas afirmativas, pois elas trazem um processo de justiça equitativa de correção das desigualdades. O que criticamos é o essencialismo e os efeitos deste modo de pertencimento naturalizado como moralizador e destruidor de uma esfera pública e democrática.

Talvez, seja este lado empresarial um dos mais importantes para o flerte com o crescimento do conservadorismo no Brasil, sendo formado pelo entretenimento como um elo importante na trama criada entre conservadorismo político, sectarismos e fundamentalismos (Chagas e Galindo, 2020).

Política e religião na Teologia da Prosperidade

Com a entrada em cena de movimentos sociais, ao final da década de setenta, no século XX, e a promulgação da nova Constituição Federal do país, em 1988, diversos grupos ganharam expressão social, política,

econômica, cultural, e historicamente passaram a transformar leis, normas e valores. Estas mudanças impactaram na política representativa brasileira e incomodaram setores conservadores da sociedade, em um país ainda marcado pelo racismo, pelos preconceitos contra as populações LGBTQIA+, pela crítica ao aborto e pelos debates de classe social e gênero.

Lideranças religiosas vinculadas a estes setores mais conservadores foram se articulando com o objetivo de expandir seus tentáculos políticos e econômicos, sobretudo disputando eleições com discursos sobre ordem e progresso e ampliando a guerra cultural por meio da aquisição de rádios e emissoras de televisão. A pauta da religião, mídia e política ganhou expressão e acirrou conflitualidades face às disputadas de valores, narrativas e até mesmo do mercado, ao sustentar consumismo e empreendedorismo como insígnias da fé enquanto prosperidade (Borelli, 2012).

Segundo Dip (2018), o Estado laico foi colocado em xeque e a religião ganhou proporção significativa no âmbito da política representativa, em especial, em defesa da sociedade que busca um retorno às supostas origens classificadas como idílicas e perfeitas, que teriam se perdido em meio ao mal-estar da modernidade com o avanço das políticas da contracultura, as científicas e os valores democráticos do Iluminismo e das Revoluções pela liberdade em uma cultura política baseada na equidade, reciprocidade, diversidade, pluralidade e inclusão.

Líderes religiosos fundamentalistas passaram a perseguir e acusar feministas, grupos homoafetivos e movimentos de esquerda com dizeres e posições sectaristas e discriminadoras. Igrejas foram se acoplando a partidos e a corporações que defendem pautas autoritárias e buscam retrocessos nos direitos sociais, civis, sexuais, políticos e culturais. Estes líderes se tornaram empresários da fé e foram agenciando o negócio da religião por meio de duas teologias: a da prosperidade e a do domínio (Macedo & Oliveira, 2008). Assim, ganharam espaços de poder e difundiram discursos de ódio contra minorias e segmentos vulneráveis, aumentando a tensão e causando rupturas no diálogo democrático (Almeida, 2004).

Dip (2018) afirma que foi construída uma Teologia do Domínio no empresariamento da fé e criação das igrejas como negócios econômicos, expandidos como uma política tal qual guerra cultural e disputa de projetos de sociedade empreendedora. A Teologia da Prosperidade passou a ser relacionada com a Teologia do Domínio, nas últimas duas décadas, sobretudo. A inserção nas emissoras e na política institucionalizada em cargos de alto escalão se tornou um alvo de conquista, atrelado às eleições no Legislativo e à ocupação de posições-chave nos Poderes Executivo e no Judiciário.

Para a Teologia da Prosperidade, ser próspero é uma condição de que alguém é fiel servidor da doutrina e escolhido por mérito na expressão religiosa (Freston, 1993); os sinais desta prosperidade seriam materializados no consumo de bens, no aumento da renda e dos empreendimentos realizados. Ser feliz e adquirir bens, propriedades e ter sucesso na vida terrena passaram a ser símbolos de fidelidade, segundo a Teologia da Prosperidade. Enriquecer e adquirir bens não seria mais negado e condenado. Deste modo, a igreja-empresa visava expandir lucro e prometer prosperidade aos fiéis que participassem dela, exaltando a subjetividade empresário de si e dos outros (Cunha, 2017).

Conforme Gherman (2019), com o acréscimo da Teologia do Domínio à Teologia da Prosperidade, movimentos radicais cresceram e se alinharam à extrema Direita brasileira, formando comunidades fundamentalistas e criando inimizades com movimentos sociais de esquerda ligados aos direitos sexuais e reprodutivos, às políticas identitárias de gênero, orientação sexual e raça/etnia, o que culminou em expansão da intolerância religiosa e ruptura dos evangélicos radicais com instituições democráticas, partidos políticos de centro e de esquerda, universidades públicas, cientistas, grupos garantistas de direitos humanos e quadros do Poder Judiciário progressistas.

Quem divergia com as duas teologias apresentadas passou a se tornar inimigo e a ser combatido, perseguido, odiado e julgado como indigno de ser cuidado e de acessar políticas sociais. Esta realidade ganhou intensidade e se tornou acirrada em um contexto de negacionismo histórico e de um extremo

anti-intelectualismo, sustentado por preconceitos dirigidos às políticas afirmativas de direitos humanos (Cunha, 2014; 2017; Dip, 2018). A Teologia do Domínio foi sendo construída com vertentes militarizadas e empresariais, articuladamente à política representativa e à ocupação de lugares e cargos estratégicos nos três poderes do Estado Moderno (Chagas, 2022). A noção militar de combate a inimigos foi agenciando uma convivência lado a lado com elementos valorativos da Teologia da Prosperidade, pautada em princípios do capitalismo neoliberal, tanto em aspectos do mérito individualista quanto do acúmulo do capital e de privilégios econômicos e políticos (Dip, 2018), classificando as pessoas em amigos e inimigos, em quem nasceu para ser vencedor ou perdedor.

Teologia Militarizada e efeitos na produção da subjetividade empresarial na religião

Articular a Teologia da Prosperidade com a Teologia do Domínio passou a ser uma empreitada de militarização ligada aos valores e padrões da Forças Armadas, ao criar heróis e heroínas da nação que teriam atributos militares e policiais. A exaltação da moralização dos modos de existência e das relações sociais e organização religiosa orientada por regras militares ganharam evidência e permitiram aumentar planos de poder vinculados a uma noção de ofensiva armada com cultos repletos de insígnias de guerra espiritual com ataque a inimigos imaginados, identificados em grupos de esquerda e aos segmentos progressistas no campo dos direitos humanos que defendem a democracia (Chagas, 2013).

Amigos seriam quem defende a moral dos costumes universalizados e destituídos de crítica científica. A lógica militar autocrática é baseada na autocracia e serve a privilégios, naturaliza destinos de povos específicos e exalta valores de guerra contra grupos que defendem a liberdade sexual e o Estado laico. Assim, as igrejas em formato de empresas passaram a organizar cultos com vieses militares e a engrandecerem as Forças Armadas bem como costumes conservadores como ideais de vida a serem impostos não apenas aos fiéis, mas a toda sociedade.

Promessa de sucesso, de cura, de cuidado, de rigor e enriquecimento passaram a fazer parte dos rituais de uma igreja-empresa, apropriados com uma lógica militar e o combate a tudo que fosse divergente e crítico a esse modo de vida (Galindo et al., 2016). Os valores da família e do casamento heteronormativo e do enriquecimento terreno foram vinculados à visão de guerra espiritual e posição militar na hierarquia focada na obediência sem questionamento às lideranças religiosas e empresariais. O caráter bélico e neoliberal deste enquadramento religioso permitiu expandir vertentes evangélicas neopentecostais ligadas à Teologia da Prosperidade com a Teologia do Domínio. Em contraponto, surgiram Teologias Inclusivas, Feministas, Libertadoras e Ecumênicas com pautas antirracistas, favoráveis às políticas afirmativas e aos novos arranjos familiares. Estas Teologias progressistas foram disputando narrativas e lugares institucionais, nos últimos anos, sobretudo desde a década de setenta do século XX, tendo uma maior expansão no século XXI (Oro, 2001).

Para Oro (2002, 2003), a igreja-empresa sintetiza valores fundamentalistas, conservadores e militares aos ideais neoliberais com pitadas doutrinárias ligadas à defesa da privilégios de classe, desigualdades de gênero e sexo, racismos de toda sorte e intolerâncias religiosas bastante vinculadas à extrema-direita e à defesa de uma política de extermínio da diferença e silenciamento de aspectos democráticos. Esses movimentos foram construídos de várias formas diferentes ao longo dos anos e cada um enfatizava algum atributo ou prática “perdida” que, uma vez recuperada, se apropria dos elementos mais dogmáticos da religiosidade na sociedade que deslocou princípios cristãos para interesses do capital, os utilizando na política do empreendedorismo militarizado e constituído na sociedade do espetáculo.

Conclusões

Concluindo, os novos templos se tornaram grandes espetáculos para fiéis ávidos por sucesso, poder e prestígio econômico, por domínios midiáticos e

acúmulo de propriedades, orgulhosos de serem vistos como empresários prósperos. Alianças políticas, religiosas, discursivas estão sempre por vir desde que mantida uma agenda conservadora (Chagas, 2022). Podemos pensar que a igreja-empresa, mais do que uma igreja midiaticizada, se confirma uma Igreja focada no marketing e na agenda da extrema-direita da guerra cultural associada aos valores militares. Exterminar a diferença e forjar consensos forçados se tornou um objetivo destas vertentes evangélicas neopentecostais (Mariano, 2004; 2005).

Contribuições dos autores

O texto foi pensado e organizado conjuntamente pelas duas autoras. A parte da definição de igreja e mídia como dispositivo cultural foi produzida pela autora Galindo, D.. A discussão entre política, igreja e empresa foi escrita por Lemos, F.C.S., assim como os resumos e a revisão das normas. As considerações finais e a análise sobre fundamentalismo no velho testamento foram propostas por Galindo, D..

Conflitos de interesses

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo, mas não se limitando a subvenções e financiamentos, participação em conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística etc.).

Referências

- Almeida, R. (2004). Religião na metrópole paulista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(56), 15-27. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000300002>
- Bauman, Z. (2000). *Em busca da política*. Zahar.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Zahar.
- Borelli, V. (2012). Os sentidos do religioso e do midiático por fiéis da Igreja Internacional da Graça de Deus. *Libero*, 15(29), 125-134. <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/311/285>
- Chagas, A. B. S. (2013). *Entre sinos e drive-thrus no reino de Deus: tramas tecnoestéticas e atmosferas sensoriais* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso]. Repositório UFMT. <https://ri.ufmt.br/handle/1/584>
- Chagas, A. B. S., & Galindo, D. C. G. (2020). Como ovelhas no reino de Deus - sacrifício, dinheiro e marketing como engrenagens de uma igreja-empresa. In: M. N. Cunha, & L. J. Storto (Orgs.). *Comunicação, linguagens e religiões: tendências e perspectivas na pesquisa* (pp 181-201). Syntagma Editores, 2020. 446 p. <https://bit.ly/3NlgHBY>
- Chagas, A. B. S. (2022). *Uma ponte para Jerusalém - Apropriações tecnoestéticas, neorestauracionismo e comunicação político-religiosa no Brasil contemporâneo* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Mato Grosso].
- Cunha, M. N. (2014). Mídia, religião e mercado: o processo contemporâneo de reapropriação e ressignificação de signos do Antigo Testamento pelos evangélicos brasileiros. In E. M. Silva, H. Renders, & L. S. Campos (Orgs.), *O estudo das religiões: entre a história, a cultura e a comunicação* (pp. 121-142). Metodista.
- Cunha, M. N. (2017). *Do Púlpito às Mídias Sociais. Evangélicos na Política e Ativismo Digital*. Prismas.
- Dip, A. (2018). *Em nome de quem?: A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Civilização Brasileira.
- Freston, P. (1993). *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment* [Tese, Universidade Estadual de Campinas]. Repositórios Latinoamericanos. <http://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/1342131>
- Galindo, D. C. G., Chagas, A. B. S., & Coradini, Â. M. (2016). Uma Igreja Neopentecostal criada para aplacar as dores do mundo: alianças entre mediações sacrificiais e políticas conservadoras. *Verso e Reverso*, 30(74), 147-155. <https://doi.org/10.4013/ver.2016.30.74.07>
- Gherman, M. (2019, 31 de julho). *Quando a Nova Esquerda e a Nova Direita Encontram o Israel Imaginário, no Brasil*. IBI. <http://institutobrasilisrael.org/colunistas/michel-gherman/geral/quando-a-nova-esquerda-e-a-nova-direita-encontram-o-israel-imaginario-no-brasil>
- Giddens, A. (2007). *Mundo em descontrole*. Record.
- Macedo, E., & Oliveira, C. (2008). *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*. Thomas Nelson Brasil.

- Mariano, R. (2004). Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, 18(52), 121-138. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300010>
- Mariano, R. (2005). *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil* (2 ed.). Edições Loyola.
- Olson, R. E. (1999). *A história da teologia cristã: 2000 anos de tradição e reformas* (G. Chown, Trad). Vida.
- Oro, A. P. (2001). Neopentecostalismo: dinheiro e magia. *Ilha*, 3(1), 71-86. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/14957>
- Oro, A. P. (2002). A política da igreja universal do reino de deus. *Revista de Cultura Vozes*, 96(6), 48-58.
- Oro, A. P. (2003). A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(53). <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000300004>
- Wieviorka, M. (2008). *Em que mundo viveremos?* Perspectiva.